

OS MINISTROS E A GOVERNABILIDADE

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 27/10/92

Os ministros do Presidente Collor, que assinaram uma nota informando que continuarão a prestar colaboração ao governo porque consideram seu dever prosseguir trabalhando para assegurar a governabilidade do país, estão, na verdade, contribuindo para o agravamento da crise de governabilidade que o país atravessa.

O Brasil encontra-se sem governo. Os próprios ministros o reconhecem quando realizam uma reunião sem a participação do Presidente, assinam uma nota em que decidem ficar no governo, e declaram através do próprio Ministro da Justiça que essa decisão não implica em solidariedade ao Presidente. A administração pública continua a funcionar, mas a autoridade do Presidente desapareceu. Por outro lado a reforma fiscal está paralisada, a estabilização dos preços inviabilizada, e a recessão continua gravíssima.

Só será possível devolver capacidade efetiva de governo ao país no momento em que a crise política for resolvida. Quando esta crise começou, duas alternativas se ofereciam para a solução da crise: ou a saída do Presidente ou o esclarecimento das acusações e a recuperação da sua credibilidade. A segunda alternativa deixou de existir, na medida em que o Presidente se revelou incapaz de dar resposta as acusações levantadas pela CPI. Dessa forma, a única possibilidade de se resolver a crise política e devolver governabilidade ao país é através do impeachment do Presidente.

Ora, se isto é verdade, a decisão dos ministros de conservar o poder contribui para manter a ingovernabilidade, na medida em que fortalece o Presidente e lhe permite resistir melhor ao processo de impeachment. Ao invés de termos um impeachment rápido, viabilizado a partir da formação de uma maioria de dois terços na Câmara dos Deputados, poderemos ter um impeachment demorado, e até a derrota do impeachment. Nesse caso, teremos o prolongamento da ingovernabilidade por mais tempo, no limite por dois anos e meio. Se os ministros, que estão corretos em estar "seguros da honradez de suas vidas", deixassem claro o que está implícito em sua nota - que não estão seguros da honradez do Presidente - estariam dando uma contribuição importante para a solução de uma crise política e moral gravíssima.

É possível, entretanto, argumentar que a demissão que os ministros afinal decidam pedir, individual ou coletivamente, não assegura o êxito do impeachment. Nesse caso, ficaríamos sem os ministros, que, ainda que sem condições de fato governar, são uma garantia de que a administração pública continuar funcionando. Isto é verdade, mas para fazer funcionar a administração pública, para manter o dia a dia do governo, não são necessários homens de grande respeito público como são alguns dos ministros. Não se justifica comprometer com um governo desmoralizado homens que ainda dispõem de grande respeito público. Bastam burocratas competentes, seus vice-ministros, por exemplo.

Na verdade, para garantirmos a governabilidade é necessário, além do apressamento do processo de impeachment, que se garanta ao novo Presidente essa governabilidade. Em outras palavras, é preciso pensarmos já o que ocorrer depois do impeachment e da posse de Itamar Franco.

Ora, a respeito deste assunto, duas coisas parecem fundamentais. Primeiro, que as reformas estruturais modernizadoras, particularmente a liberalização comercial e a privatização, tenham continuidade. Hoje já temos indicações claras que o Vice-Presidente compreende este fato. Que irá governar com a sociedade e não contra ela. E a sociedade brasileira está comprometida com essas reformas.

Segundo, é necessário que o novo governo, que será por definição um governo de transição, seja um governo de união nacional, que conte com o apoio de todos os partidos políticos. O impeachment só poderá ser decidido com a participação de todos os partidos. Logo, eles deverão estar representados no novo governo. Mais importante do que isto, entretanto, será o compromisso do novo Presidente e do novo governo de se manter neutro em relação as eleições de 1994. Para os partidos é fundamental essa neutralidade. Para o Presidente, só haverá vantagens na neutralidade.

É claro que o impeachment não assegura a governabilidade do novo governo. Mas uma coisa é certa. Por pior que possa ser o novo governo com Itamar, será melhor do que o governo com um Collor desmoralizado. Na verdade, porém, não há nenhuma razão para se esperar um mau governo com Itamar. O Vice-Presidente vem se comportando com grande discrição e habilidade. É um político sério, maduro e experiente. E já deu indicações de que saberá assumir suas responsabilidades com firmeza.

Toda a sociedade brasileira está agora mobilizada para o impeachment. Há uma questão moral e uma questão política envolvidas. A questão moral está muito clara para todos. A questão política - o problema da governabilidade - está claro para muitos, mas parece pouco clara para os ministros que decidiram ficar. Os próximos dias, entretanto, se encarregarão de mostrar que não faz sentido para homens honrados permanecer em um governo que perdeu a honra. Que não é possível governar sem um mínimo de apoio da sociedade.